



A imprensa maranhense de educação e ensino: os discursos sobre o livro e a leitura (1902-1932)

Cesar Augusto Castro

Almiceia Lariissa Diniz Borges

Samuel Luiz Velázquez Castellanos

Universidade Federal do Maranhão (Brasil)

Resumo

Apresenta-se neste trabalho a relevância que o livro e a leitura ocuparam nas escolas maranhenses a partir da imprensa de educação e ensino, especialmente nos jornais das instituições do então ensino primário entre os anos de 1902 a 1932. Objetiva-se compreender neste trabalho os discursos sobre o livro e a leitura nesses jornais, e qual o seu papel no contexto escolar e não escolar. Essa pesquisa é fundamentada em dois momentos: *a priori*, no levantamento bibliográfico dos autores que abordam as questões sobre o livro, a leitura e a imprensa de educação e ensino. No segundo momento, numa pesquisa documental, no caso, sobre os jornais dessas instituições escolares de ensino primário, referente aos anos de 1900 a 1932. Conclui-se que esses jornais eram utilizados como forma de criticar assuntos relacionados ao ensino, principalmente aqueles que se referiam aos métodos de leitura e à importância do ler na formação do indivíduo.

Palavras-chave: Imprensa educacional. Ensino primário. O Maranhão na Primeira República. Livro e leitura.

The Maranhão press of education and teaching: discourses on books and reading (1902-1932)

Abstract

We present in this work the relevance that the book and reading occupied in the schools of Maranhão from the education and teaching press, especially in the newspapers of the former primary education institutions between the years of 1902 to 1932. We aim to understand in this work the discourses about the book and these newspapers reading and what was their role in the school and non-school context. This research is based on two moments: *a priori*, on the bibliographical survey of the authors who address questions about the book, the reading and the education and teaching press. In the second moment, on a documentary research, in this case, on the newspapers of these institutions of primary education, referring to the years 1900 to 1932. We concluded that these newspapers were used as a way of criticizing issues related to teaching, mainly those that referred to the reading methods and the importance of reading in the formation of the individual.

Keywords: Educational press. Primary school. Maranhão in the First Republic. Book and reading.

La prensa de Maranhão para la educación y la enseñanza: discursos sobre el libro y la lectura (1902-1932)

Resumen

Presentamos en este artículo la relevancia que el libro y la lectura ocuparon en las escuelas de Maranhão a partir de la prensa educativa y docente, especialmente en los periódicos de instituciones de la antigua educación primaria entre los años 1902 a 1932. El objetivo de este trabajo es comprender los discursos sobre el libro y la lectura en estos periódicos y cuál es su papel en el contexto escolar y no escolar. Esta investigación se basa en dos momentos: *a priori*, en la encuesta bibliográfica de los autores que abordan la cuestión sobre el libro, la lectura y la prensa educativa y docente. En el segundo momento, en una investigación documental, en este caso, los periódicos de estas instituciones de enseñanza primaria, en referencia a los años 1900 a 1932. Se concluyó que estos periódicos fueron utilizados como una forma de criticar temas relacionados con la enseñanza, principalmente aquellos que se referían a los métodos de lectura y la importancia de la lectura en la formación del individuo.

Palabras clave: Prensa educativa. Educación primaria. Maranhão en la Primera República. Libro y lectura.

2

Introdução

No final do século XIX e início do século XX, os jornais escritos por alunos e professores maranhenses sobre a escola, seus métodos, suas regulações e seu cotidiano se tornaram populares. Nessas publicações, os estudantes e professores conquistavam um espaço maior para debater os assuntos relacionados ao meio escolar a que não tinham acesso na imprensa tradicional, envolvida principalmente em embates políticos e a outros assuntos. Os jornais escritos por alunos e professores são uma importante fonte para a compreensão sobre a educação no Brasil, apresentando uma ideia sobre o que esses sujeitos pensavam sobre determinado assunto relacionado ao contexto escolar, demonstrando uma abrangência acerca dos processos da vida escolar, do seu cotidiano, de seus autores e das suas práticas (CATANI; SOUSA, 1999).

Diante dos diversos assuntos tratados, os discursos sobre o livro e a leitura estiveram diversas vezes presentes. O livro, além de ser um importante instrumento que auxiliava nos processos pedagógicos, também passou a ser visto como um aliado contra a "ignorância da população". Na época o analfabetismo imperava de forma acentuada no país e somente através do livro, da



leitura e da educação, segundo esses periódicos, essa realidade poderia ser modificada. De tal modo, também seriam necessárias mudanças nas formas do ensino da leitura. Já não cabia mais o ensino por meio das cartilhas do A B C, consideradas ultrapassadas. Era preciso aderir às vantagens do ensino moderno e à utilização de livros com figuras que estimulassem o desenvolvimento intelectual e crítico das crianças. Sendo assim, os jornais passaram a ser uma importante forma de propagação desses ideais.

Esse texto tem como objetivo compreender os discursos sobre o livro e a leitura nesses jornais e qual o seu papel no contexto escolar e não escolar. Salienta-se que esses discursos não se restringiam apenas ao livro escolar, mas também ao não escolar. Esses discursos nos permitem, ainda, acompanhar as transformações que o livro e a leitura adquiriram na escola no decorrer do tempo, desde a sua concepção e utilização, assim como os seus métodos de ensino da leitura e da escrita, por meio dos discursos proferidos pelos estudantes e professores na imprensa de educação e ensino sobre as formas de leitura, sobre os livros relevantes ou até mesmo referentes à sua ausência de materialidades nas instituições de ensino.

Segundo Nóvoa (1993), ao interrogar a imprensa, procuramos entender o significado que ela assume na transmissão das ideias, as diversidades dos objetos que cruzam as suas páginas, o modo como foi utilizada pelos atores educativos e o papel que desencadeou nas mudanças sociais. Desse modo, os historiadores da educação também puderam se apropriar desse meio como fonte e objeto de estudo, “[...] nesse sentido, tal modalidade de fonte tem contribuído para ampliar a pesquisa histórico-educacional, dando-lhe contornos e vitalidade há pouco não observados” (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p. 5).

Para o desenvolvimento dessa investigação foram utilizados os jornais publicados pelos discentes de instituições de ensino maranhense, localizados na capital do estado do Maranhão, como em outras cidades como Codó, Picos (atual Colinas) e Caxias. Esses materiais apresentam uma singularidade na semelhança dos títulos publicados em diferentes épocas.

Os jornais das antigas instituições primárias maranhenses

As primeiras iniciativas do estabelecimento de uma imprensa educacional no Maranhão se deram com o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845), periódico ligado ao Liceu Maranhense e escrito em colaboração com Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal e Alexandre Teófilo de Carvalho. No jornal, eram abordados assuntos sobre a instrução, os livros didáticos, os professores, a instrução em outros países, as bibliotecas e o ensino de modo em geral. Em 1854, foi publicado o *Botão de Ouro*, redigido também pelos alunos do Liceu e dirigido por Augusto Olympio Gomes de Castro, "[...] o qual se apresentava como um veículo de entretenimento para os leitores, mediado pelos versos [...]" (CASTELLANOS, 2012, p. 61).

Em seguida, houve ainda mais cinco tentativas nesse sentido:

A primeira – do Estado, criando uma revista pedagógica pelo decreto de 7 de Março de 1900; a segunda – do dr. José Barrêto Costa Rodrigues, oferecendo ao inesquecível médico e professor dr. Almir Parga Nina, e a nós, uma seção da Pacotilha, para escrevermos sobre assuntos exclusivamente pedagógicos; a terceira - do mesmo dr. Almir Nina, fundando uma revista pedagógica com outros professores; a quarta – dos professores Jerônimo Viveiros, Antonio Lopes da Cunha e nós, criando em 27 de Maio de 1908 uma revista que sairia à luz com o nome 'Revista Pedagógica Maranhense'; a quinta – a que hoje faz aparecer 'A Escola'. Não vingou nenhuma das quatro primeiras tentativas; uma, pelas muitas dificuldades que sempre as acompanharam; outras, por dependem de muitas vontades (A ESCOLA, 1909, p. 2).

Esse crescimento demonstrava a importância que os periódicos adquiriam no cenário educacional maranhense, pois, além de serem utilizados para retratar a educação, serviam também como meio de divulgação dos pensamentos republicanos que circulavam na época, como progresso, amor à pátria e os novos ideais de modernidade. A imprensa passou a constituir um fator primordial para a divulgação desses discursos.

Com publicação mensal, bimensal e trimensal, esses jornais se diferenciavam da imprensa tradicional por tratarem principalmente dos temas relacionados à educação, por não possuírem uma periodicidade regular e devido à sua circulação acontecer principalmente dentro das escolas. Mesmo



os que destinavam as suas edições para a venda de assinaturas, tinham uma circulação restrita, pois eram destinados principalmente aos pais, alunos e à permuta com outros jornais.

Diferentes objetivos incentivavam a criação e a finalidade desses jornais, entretanto, todos queriam de alguma forma contribuir para o desenvolvimento do ensino maranhense, “[...] preparar a mocidade para os lides da grande imprensa” (A ESCOLA, 1902, p. 1), e “[...] auxiliar a propaganda dos modernos métodos de ensino” (A ESCOLA, 1909, p. 2), além de poder “[...] auxiliar eficientemente, a educação moral e intelectual [...] da juventude de ambos os sexos [...]” (A ESCOLA, 1909, p. 2), bem como estudar, propagar e pôr em prática os métodos da nova pedagogia e da escola prática (VIDA ESCOLAR, 1932).

Outra proposta era lutar contra o analfabetismo, “[...] substituir, enfim, a ignorância do saber, a treva pela luz [...]” (A ESCOLA, 1918, p. 1). Essa luta era um problema que o Brasil enfrentava há séculos, contudo, esses ideais se tornaram frequentes com a inauguração da República, pois era preciso escolarizar a população como forma de desenvolver a nação e mostrar a imagem de um Brasil novo. Entretanto, essa finalidade também englobava fazer com que um maior número de pessoas pudesse ter direito ao voto, já que os analfabetos eram proibidos de votar, manobra política para manter as elites tradicionais no poder.

Assim, apesar dos esforços, continuava enraizado na nação um incômodo monárquico, presente até hoje não só nos elementos da retórica patriótica como concepção de sociedade ainda impregnada pela mística dos títulos de nobreza, das ordens honoríficas e dos rituais de consagração (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 319).

O terceiro objetivo que norteava a publicação desses jornais era “[...] dedica[r]-se exclusivamente ao trabalho de propaganda de instrução no campo da literatura [...]” (AMOR AS LETRAS, 1905, p. 4); mas também servir como estímulo no processo de ensino-aprendizagem dos alunos dessas instituições e tinha como objetivo “[...] por fim desenvolver [as] faculdades intelectuaes” dos alunos (O QUE DIZEM DE NÓS, 1906, p. 2). Desse modo, ao incentivar os alunos a escrever poemas, artigos e críticas, os jornais os instigavam ao mesmo tempo, a pensarem sobre a sua própria escola e a sociedade

que os cercava. Outros queriam comprovar que eram órgãos feitos pelos estudantes sem a interferência dos professores e onde os alunos pudessem desenvolver a linguagem ainda “[...] presa aos preconceitos da obediência paterna [...]” (LABOR !!!!, 1913, p. 3). Isto é, fazer desses jornais uma forma de aperfeiçoar a prática da escrita e a formação intelectual desses estudantes.

Sendo assim, percebemos as múltiplas propostas adotadas por esses jornais para justificar a sua criação. Nos próprios títulos, podemos observar o objetivo a que se destinava cada um deles: “Orgam de propaganda dos modernos métodos de ensino [...]” (A ESCOLA, 1909, p. 3); “Critico, noticioso e de interesse a instrução” (A ESCOLA, 1918, p. 3); “A luz do mundo é o sol. O sol do pensamento é a instrução [...]” (O LÁBARO, 1921, p. 4), eram algumas das denominações que eram utilizadas.

6 O primeiro jornal selecionado para a pesquisa foi *A Escola* (1902). Era uma iniciativa do Colégio 15 de Novembro e possuía como objetivo “[...] estimular os alunos para o exercicio da escrita e prepara-los para a grande imprensa” (A ESCOLA, 1902, p. 3). Seu proprietário era o professor Benjamin de Mello, também diretor da instituição. Seu corpo editorial era constituído pelos redatores Almir Dias da Silva, Aristides Lins, Raymundo Rodrigues e Joaquim Lins; por Rubem Rocha e Libânio de Barros (os secretários) e por R. Cegadilha (tesoureiro). Apesar de ser uma revista criada pelos próprios alunos da instituição, estes dividiam a autoria dos textos com os professores. Essa combinação de escritas pode ser percebida quando os alunos utilizam pronomes como “nós” e “nosso jornalzinho”, diferenciando assim os trabalhos de sua autoria. No caso dos professores, essa escrita pode ser verificada quando se trata de textos mais elaborados, extensos e quando se dirigem os pais, utilizando termos como “[...] exms. srs. pais de família”; “[...] o aproveitamento de seus filhos e tutelados [...]”; desde que ha doze anos, nos dedicamos ao magistério” (A ESCOLA, 1902, p. 3).

Imprenso nos ateliers da Typograf. Teixeira, geralmente organizado em duas colunas com textos curtos e longos sobre variados assuntos, trazia também poemas sobre a escola e seu cotidiano e conteúdos científicos, isto é, “[...] traz bons artigos sobre [a] instrucção e variada secção sobre artes”. Seus colaboradores eram a mocidade desta terra, pois acreditavam que lhe daria “[...] o justo valor à este jornalzinho, já preparando-se para nelle colaborar, já concorrendo com as suas assignaturas para a sua conservação” (A ESCOLA, 1902, p. 4).



A *Escola* (1909), impresso na Tipografias de Frias, relatava nas suas duas colunas e nas suas oito páginas variados assuntos referentes ao ensino, como a crítica aos métodos de leitura, a importância do professor, o ensino da gramática e a falta dos materiais pedagógicos nas escolas maranhenses. Não possuía anúncios, sua distribuição ocorria de forma gratuita e tinha como público professores, pais e amantes da instrução franqueando as suas colunas a quem desejasse colaborar no jornal. O jornal era escrito e administrado pelo professor Joaquim Santos, que se tornaria anos mais tarde, o diretor da Escola Modelo Benedito Leite.

Quem se interessar de alguma sorte pelas couzas da nossa instrução, seja o professor que dezejar acompanhar a evolução do ensino, seja o pai de familia que tenha compreendido a grande vantagem dos novos processos didaticos, seja aquêlê que pelo amor ao seu Estado quer vel-o merecer o nome do adiantado, pois não se pode conceber que algum dia seja tido por tal sem uma bôa instrucção, largamente difundida por todas as classes, não deixará de reconhecer a necessidade de um jornal pedagojico para fazer a propaganda desses processos didaticos por todo o Estado, levando assim mais de pressa essas mesmas idéas ás escolas que demoram afastadas de nós, as quaes estão carecendo de muito ou, para melhor dizer, de tudo (AOS JOVENS PATRICIOS, 1918, p. 4).

7

A *Escola* (1918) era uma publicação mensal da cidade de Codó. Publicado durante dois anos, foi o jornal com maior longevidade dos impressos selecionados para o desenvolvimento da pesquisa. A sua criação partiu de uma iniciativa do Colégio Externato Codoense, fundado em 1915, como forma de suprimir a carência da única escola pública da cidade de Codó com aulas para o ensino primário e secundário, ambos para o sexo masculino. Incentivava o ensino militarista, o uso do uniforme escolar e o alistamento militar. O ensino e o treinamento militar pelo qual passavam os alunos teve influência do envolvimento do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Tinha os professores do Externato como redatores, mas também aceitava a “[...] colaboração sobre assumptos de interesse geral, mormente os relativos [à] instrucção” (AOS JOVENS PATRICIOS, 1918, p. 4). Lutava energeticamente contra o analfabetismo no país, tanto que essa temática era um dos assuntos mais abordados nas páginas desse periódico.

Possuía anúncios, publicados mediante o pagamento de uma taxa. As assinaturas eram anuais e realizava a venda de números avulsos. Os textos geralmente eram dispostos em cinco colunas e trazia como assuntos o nacionalismo, informações sobre a inauguração de escolas e a instrução no interior do Maranhão, os dados escolares sobre o Externato, a lista de livros sobre anúncios de materiais escolares e os dados sobre o dia a dia da cidade de Codó, como, por exemplo, falecimentos, aniversários e homenagens. Sendo assim, "A Escola", que é um órgão do Externato Codoense, vem formar ao lado dos jornais que se batem pela causa santa da Patria a propagação do civismo através da propagação das letras" (O EXTERNATO, 1918, p. 5).

Vida Escolar (1932) era um jornal oriundo da cidade de Carolina, uma iniciativa de o *Instituto Renascença*. O jornal tinha como público alvo, os alunos da instituição e seus pais. Era "[...] um amigo sincero dos pais interessados no progresso colegial de seus queridos filhos, guia certo dos alunos nos primeiros ensaios na pratica das letras [...]" (VIDA ESCOLAR, 1932, p. 3). Todos os alunos eram considerados colaboradores efetivos e tinham que escrever no jornal como obrigatoriedade. Sua publicação era mensal e a assinatura anual tinha o valor de 2\$000, com o número avulso vendido a \$200. "Este jornalzinho [é] [...] um complemento indispensável do ensino e educação ministrados do instituto renascença. [...] um registro mensal desta convivência diária de alunos e professores refletindo a dedicação destes, o interesse e a aplicação daqueles" (VIDA ESCOLAR, 1932, p. 3).

A Escola (1909), publicado em São Luís e *A Escola* (1918), publicado na cidade de Codó eram jornais escritos e dirigidos por professores e pelo diretor da instituição, que, diferentemente dos outros, possuíam alguma interferência dos alunos, mesmo que mínima. Geralmente, traziam dados sobre a escola, como a frequência e os mapas de matrícula, o que comprovava que esses jornais eram utilizados como forma de divulgação do estabelecimento de ensino. Todavia, não deixava de criticar e discutir questões pertinentes que envolviam a educação no Maranhão, a exemplo da falta de edifícios, laboratórios e livros para atender à classe estudantil

Ao compararmos as matérias publicadas nesses dois jornais, percebemos que o envolvimento dos alunos era geralmente em poemas e textos curtos em relação ao tipo de escritos. Mesmo assim, os alunos aproveitavam as suas escritas para criticar algum assunto, como a aplicação de castigos ou homenagear um professor ou a escola, o que nos parece demonstrar uma certa



imposição e interferência dos docentes na produção desses textos. Por sua vez, os textos produzidos pelos professores eram mais extensos com temas ligados principalmente à adoção de determinados métodos de ensino. Descreviam a situação educacional do Estado e conclamavam os docentes a defender a categoria, além de explicitar as ausências do governo na instrução pública.

Quadro I – Comparativo entre os jornais

	A Escola (1902)	A Escola (1909)	A Escola (1918)	Vida Escolar (1932)
Periodicidade	Mensal	Bimestral	Mensal	Mensal
Edições	N. 1 ao n.11	N. 1	N. 1 ao N. 25	N. 1 ao N. 7
Páginas	8 p.	8 p.	4 p.	4 p.
Colunas	2 c.	2 c.	4 c.	4 c.
Local de Publicação	São Luís	São Luís	Codó	Carolina
Quem Publicava	Colégio XV de Novembro	Órgão de propaganda dos modernos métodos de ensino	Órgão do Externato Codoense	Órgão do Instituto Renascença
Quem escrevia	Alunos/ Professores	Professor	Professor	Aluno/ Professores

Fonte: Autores (2019).

Outro ponto relevante é que de um lado os jornais dessas instituições eram utilizados como prática pedagógica pelos estudantes no desenvolvimento da escrita e das atividades intelectuais. De outro, como forma de divulgar a própria escola, principalmente ao trazer dados estatísticos, como a quantidade de alunos matriculados, a lista de professores, os quadros de honras, as notas escolares. Também utilizavam os relatos dos próprios alunos exaltando o diretor da instituição ou a própria escola, isto é, dados que comprovassem a suposta eficiência do ensino privado.

Entretanto, mesmo que tivessem a mesma finalidade (retratar a educação) esses jornais se diferenciavam entre si em periodicidade, quantidade de páginas e de colunas, em relação às temáticas abordadas etc. Essas

diferenciações nos fazem "[...] perceber o quanto estas visões permanecem impregnadas pelas próprias concepções produzidas pelos atores e sujeitos que vivenciaram as tensões e as lutas do processo histórico de constituição de uma (nova) ordem republicana" (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 34).

Compreender as razões e os efeitos dessas materialidades é procurar entender o controle que os autores e os editores exerceram sobre essas produções. Sendo assim, a história sobre essas materialidades não deve se centrar apenas nos seus conteúdos, pois "[...] é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor" (CHARTIER, 1991, p. 176).

Não importa somente a configuração textual dos escritos sobre o livro e a leitura, mas também o suporte onde esses discursos são veiculados, no caso, os jornais da imprensa de educação e ensino, pois, em um mesmo suporte, podem ser atribuídos significados diversos sobre o livro e a leitura, "[...] o design é, portanto, um dos componentes da enunciação jornalística, não só como um elemento de persuasão ou sedução do leitor, mas também como constituinte com potencial informativo [...]" (FREIRE, 2009, p. 292).

De igual modo, os jornais educacionais acabaram criando entre si uma rede de comunicação com outros periódicos do estado e do restante do Brasil. Essa comunicação geralmente acontecia com o envio de exemplares às redações dos jornais criando, assim, estratégias de divulgação como forma de aumentar o número de leitores e de assinantes. Sendo assim, a permuta e o envio dessas publicações a outros jornais era uma forma de mostrar a sua existência para a sociedade, uma forma de se reafirmarem enquanto órgãos de comunicação e entrar no cenário da imprensa do estado. Era uma forma de informar aos pais e à sociedade não apenas as questões referentes ao ensino, mas também de comunicar as ações dessas escolas no campo educacional. Também revela a existência de outros jornais que circulavam nesse período no país, proporcionando, assim, conhecer em parte quais os periódicos que circulavam no Brasil republicano. Esse intercâmbio de edições não se restringia apenas aos jornais, mas também às bibliotecas de outros locais como a de Minas Gerais e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Por último, permite uma maior difusão dos saberes pedagógicos, na medida em que esses discursos começavam a circular fora do ambiente escolar mediante as permutas realizadas com os outros jornais, circundando novos meios, conquistando



novos leitores e criando novas percepções, uma vez que “[...] o discurso das mídias faz parte desse jogo de interações e das negociações” (KIELING, 2014, p. 98).

Os jornais se tornaram a forma mais barata de publicação de poemas, trechos de livros e folhetins e também a principal fonte de informação para a população que os procurava para saber sobre os acontecimentos. Nessa época, o cinema ainda estava se popularizando no país e os outros meios de comunicação (rádio e televisão) ainda não existiam. Mas de que forma esses discursos sobre o livro e a leitura se materializavam nos jornais? Qual a configuração textual que essas notícias assumiam? Quais os principais assuntos abordados e qual a sua frequência?

Posto isso, foram encontrados em formatos de artigos, poemas, crônicas, editoriais, notas, anúncios e homenagens às manifestações dos discursos sobre o livro e a leitura. Dessa forma,

[...] a história da leitura e do seu público permite, então, retornar às mudanças que serviram de base ao mundo moderno e que o levaram, em menos de dois séculos, a alfabetizar o essencial das populações do continente e fazer do livro um elemento de decoração interior (MOLLIER, 2008, p. 15).

11

Lacerda (1999) pondera três possibilidades para aqueles que estudam a história do livro e da leitura. A primeira seria estudar a partir dos atores e praticantes da leitura (editores, professores, bibliotecários, escritores, livreiros, bibliófilos, censores) procurando entender as estratégias editoriais utilizadas, as práticas dos editores e a intervenção desses atores na materialidade dos textos, de certa forma evidenciando o comércio livreiro. Uma segunda perspectiva seria em relação à escola e ao processo de escolarização, as descrições e análises do surgimento do livro na escola, bem como recuperar tanto os processos de produção e circulação do livro escolar como as práticas de leituras desenvolvidas na e pela escola. Um último eixo seria considerar os “espaços consagrados” à leitura, as bibliotecas, tanto as de caráter privado como as de caráter público, revelando assim possibilidades para uma reconstituição das trajetórias dos livros, dos itinerários pessoais de leitura e da formação de outros leitores. Esse tipo de estudo, possibilita também uma contribuição, especialmente nas áreas da cultura escolar, para a história das práticas escolares, das disciplinas escolares e da história do currículo escolar (RAZZINI, 2009).

Assim, a pesquisa histórica nos permite compreender como, a um mesmo suporte, nesse caso a imprensa de educação e ensino, são atribuídos significados e interpretações diversas sobre o livro e a leitura. Vistos como instrumentos de ensino e no combate contra a ignorância e o analfabetismo, os discursos sobre esses artefatos passaram a conquistar cada vez mais espaço na imprensa, tanto a de caráter oficial como a educacional. Ademais, ao estudar os discursos nesses artefatos, podemos refletir sobre a criação, a produção editorial, a comercialização, a apropriação e a circulação a que eram destinados esses suportes, bem como a utilização que foi destinada a cada um deles (SILVA, 2011).

12 A importância dada a esses suportes na escola deveu-se principalmente à chegada da República, que instigou novos debates nas áreas política, econômica, social e educacional. O antigo modelo educacional já não servia mais aos propósitos pelos quais passava o Brasil. Era preciso estabelecer um novo exemplo de escolarização. Boa parte desses discursos estava atrelado a movimentos ideológicos que ocorriam na época, como o positivismo e o escolanovismo, o que refletia em iniciativas, reformas e remodelações da instrução pública (NAGLE, 2001). A penetração desses ideais se deu de forma ainda branda no início da República, embora exigisse a mudança de concepções no que se referia à administração do país. Essas concepções incidiram principalmente nas questões educacionais, pois a educação passou a ser vista como forma de salvação para os problemas do país.

Esse modelo que estabilizou entre nós a escola seriada, o grupo escolar, o ginásio de Estado, o jardim-de-infância, uma nova escola normal, etc., também estabilizou normas, procedimentos, usos de materiais específicos, orientações aos professores, regras de higiene, enfim, um conjunto de realizações que facilmente podem ser utilizados como exemplos da chegada de um novo tempo, um novo ciclo histórico, um novo ponto de partida para a história do país (FREITAS, 2009, p. 165).

Sendo assim, falar sobre a escola passou a representar um sentido de nação e uma forma de representação dos novos ideais do Estado republicano, pois “[...] a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do ‘esclarecimento das massas iletradas’” (MORTATTI, 2006, p. 2).



Destarte, como forma de combater os altos índices de analfabetismo que contornavam o país, passou-se a requisitar também as modificações dos métodos de leitura, a exigência de novos materiais didáticos, as mudanças no papel do aluno, que passou a ser o ponto central nesses discursos, e uma maior exigência na formação dos professores.

No total, foram identificadas onze categorias relacionadas ao livro e à leitura. Entretanto, não existe uma regularidade no seu aparecimento nos jornais, uma vez que uma mesma notícia poderia apresentar diversas categorias, assim como a mesma informação poderia aparecer repetidas vezes no mesmo jornal, como era o caso do anúncio de livros e de materiais escolares.

Quadro II – Assuntos abordadas nos jornais

Categorias	Frequência
Adoção de livros	6
Anúncio de livros	17
Combate ao analfabetismo	12
Crítica à obra literária	1
Importância do livro e da leitura	12
Imprensa e leitura	1
Indicação de obras	2
Materiais didáticos	17
Relação livro / professor	6

Fonte: Autores (2019).

As ausências e permanências desses assuntos e o seu aparecimento nos jornais foram os mais abordados pela imprensa educacional no Maranhão entre os anos de 1902 e 1932. Essa multiplicidade de assuntos também revela quais foram os temas mais discutidos na época.

Escritos em forma de artigos ou de poemas, por professores e alunos, essas manifestações na imprensa de educação e ensino possibilitam compreender as tendências e os debates desenvolvidos em prol do livro e da leitura durante o período republicano dentro do ambiente escolar, trazendo à tona vestígios sobre normatizações, práticas, usos e formas de apropriação de alunos e professores. Sendo assim, "[...] no âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber

/ esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social" (MORTATTI, 2006, p. 2).

Não obstante, essas publicações não podem e nem devem ser vistas como um mero reflexo do que acontecia na escola, já que seus autores utilizavam estratégias e táticas para a composição desses textos. Estratégias, ao tentar impor ideias e concepções acerca dos métodos e das formas de como deveria ser o ensino. Táticas, ao denunciar questões que os incomodavam. Esse foi o caso de um aluno que utilizou um poema para criticar os castigos físicos a que foram submetidos; e / ou a rejeição a situações em que eram colocados como, por exemplo, ao rebaterem a denúncia de um inspetor ao afirmar a retenção da lista de matrículas dos alunos por determinada escola; e/ou a rejeição do método moderno de ensino como solução para os problemas da instrução. Essas falas não permitem avaliar corretamente os atos de "consumo" desses objetos pelos alunos, professores e pela própria escola, mas nos permitem ter uma dimensão do que os "produtores" da informação pretendiam passar, dando forma às práticas sociais desses sujeitos (CERTEAU, 2000).

Dentre as várias questões abordadas pelos alunos e professores na imprensa educacional de ensino, ressaltamos quatro pontos principais: a exigência e a reformulação dos novos métodos de leitura, a qualificação do professorado, a adoção de livros adequados para o ensino da leitura e o combate ao analfabetismo.

Até meados do final do século XIX e início do XX predominava no Maranhão o método sintético em relação ao ensino da leitura, criticado pelos jornais, em especial *A Escola*, de 1909, na medida em que o aluno não possuía autonomia, o ensino era fundamentado na memorização e na repetição mecânica das palavras, além de obrigar a aprendizagem letra por letra, do particular para o geral. Em contrapartida, o método analítico, considerado moderno e defendido pelos professores de São Luís, era baseado na observação e na experiência e estimulava a leitura a partir de imagens, ilustrações e desenhos, "[...] desta maneira, a imagem tornou-se tão importante quanto o texto na sala de aula, daí a atenção especial que o ensino do desenho ganhou no currículo [...]" (RAZZINI, 2009 p. 104).

Sendo assim, os novos métodos também passaram a exigir novos materiais de ensino, contribuindo, conseqüentemente, para uma maior expansão do mercado editorial no que se refere à produção de livros didáticos,



principalmente o livro escolar infantil. Também exigiram o desenvolvimento das indústrias gráficas, das técnicas de impressão, do uso do papel, além da criação de novas profissões e ampliação do mercado para os artistas.

Hoje tudo se deve passar de outra maneira: *em vez de um folheto sem gosto algum para a criança, deve-se-lhe dar um livro de agradável aspecto, de figuras que ela gosta de ver, de texto que não enfastia, já pela sua extensão, já pelo tamanho da letra, já pelo assunto, que é propriamente infantil; em lugar de uma taboada nas condições daquela a que já nos referimos, – um livro atraente como o de leitura, onde se cultivam a observação e o raciocínio infantis, tornando assim os primeiros passos em número um poderoso meio de cultura mental da criança [...]* (A ESCOLA, 1902, p. 2, grifo nosso).

Essa mudança de métodos do ensino da leitura, além de preconizar o incentivo à leitura, era uma forma de diminuir o tempo que do professor em sala de aula, já que passaria a ensinar os vários alunos com o mesmo grau e nível de aprendizagem ao mesmo tempo, ao invés de aluno por aluno como acontecia no método individual, “[...] o que permitia a organização de classes mais homogêneas e a unificação do currículo, facilitando a execução de um programa graduado de estudos” (RAZZINI, 2009, p. 103).

Todavia, aquilo que a nova pedagogia defendida para o ensino de crianças e jovens não se aplicava ao ensino operário, pois era “[...] uma coisa que necessita o máximo cuidado do professor dadas as condições especialíssimas do aluno” (A ESCOLA, 1918, p. 2-3). Essas condições se referiam à idade do aluno, suas condições de trabalho e ao cansaço com o qual chegavam em casa.

Com o operário as coisas se passam de modo muito diferente. Se o ensino deve acompanhar o desenvolvimento da inteligência, na criança exclusivamente dedicada ao estudo, o mesmo já se não dá com os operários. Estes, em regra, quando se dedicam ao estudo, já são desenvolvidos, quasi rapazes, com o cérebro já formado e a inteligência em adiantado estado de desenvolvimento; outros então, contam vinte e trinta anos, homens feitos, inteligência completamente amadurecida e o pior de tudo, virgem do todo e qualquer esforço para aprender a ler e escrever. Compreende-se pois, perfeitamente, que em casos tais, o ensino é todo outro e a

pedagogia moderna apenas aparece para fornecer os seus livros e uma ou outra pequena coisa (A ESCOLA, 1918, p. 3).

Desse modo, a educação operária se reduziu a duas possibilidades. De um lado, a educação ofertada pelos próprios trabalhadores, com a criação das suas próprias escolas, bibliotecas e fundos para sua manutenção. De outro lado, a concebida pelo estado como forma de aprimorar e promover o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores, além de aumentar o número de leitores e eleitores do país.

Um segundo ponto abordado nesses impressos, era adoção de livros adequados ao ensino. Esse cuidado sempre esteve presente, desde as primeiras publicações dos jesuítas, e demonstrava o poder que o livro exercia na sociedade. Diante disso, começaram a se estabelecer medidas para o controle e a fiscalização dessas obras. No Maranhão, eram realizadas pelo Conselho da Instrução Pública e/ou pela Secretaria do Interior. Esses órgãos tinham como objetivo "[...] dar parecer sobre os livros e compendios didacticos submettidos a sua apreciação e adopta-los nos estabelecimentos de instrucção do Estado" (REGULAMENTO da Instrução Pública, 1893, p. 2).

16 De igual modo, começaram a ser adotados nas escolas os livros que seguissem "[...] os moldes e preceitos da pedagogia moderna" (A ESCOLA, 1918, p. 3). Esses moldes se referiam àqueles livros que seguissem os novos métodos adotados; no caso, o método intuitivo. Como, por exemplo, a adoção da cartilha de Arnaldo Barreto e a gramática portuguesa primária, de Verissimo Vieira, utilizadas para o ensino da leitura e da escrita, que se adequavam a essa nova modalidade de ensino.

Um novo autor passou a ser adotado nas obras: o professor maranhense. Os livros escolares escritos por professores geralmente surgiam de pequenas anotações e estudos realizados em sala de aula, o que aproximava essas obras da realidade escolar local, relacionando esses conteúdos a uma realidade mais próxima na qual os alunos estavam inseridos.

O objetivo de controlar o acesso e a utilização dessas obras tinha a finalidade de adotar em sala de aula apenas "bons livros" e o tipo de leitura que fosse considerada adequada promovendo um modelo único, codificado e controlado de leitura (CHARTIER, 2014).



Um quarto ponto abordado nesses periódicos era a formação dos professores, através dos quais o ensino era transmitido. O objetivo e a finalidade da qualificação desses profissionais passaram a sofrer duras críticas, principalmente no período republicano. O professorado era descrito nos relatórios da Inspeção Pública como mal preparado e não habilitado para o ensino. Eram constantes as queixas sobre a indisciplina de muitos professores que faltavam às aulas ou chegavam bêbados nas classes.

Ainda mesmo o que aprende a ler e escrever pelo novo systema, tem necessidade de fazer um curso especial para ensinalo. Para tal fim existe a escola normal da capital do Estado de onde têm sahido já crescido numero de professoras normalistas que estão occupando grande parte das cadeiras de instrucção primaria do Estado, cujos governos, justiça seja feita, muito sem interessado pela sua divulgação (A ESCOLA, 1919, p. 1).

A necessidade da formação e do preparo desses professores culminou no aparecimento e fortalecimento das escolas normais. Defendia-se que era um direito dos professores normalistas implantarem e aplicarem os novos métodos de ensino, já que eles, "[...] devem operar diretamente a reforma do ensino entre nós [...]" (A ESCOLA, 1909, p. 3). Por lei, normalistas deveriam exercer essa função, uma vez que estudavam em escolas dedicadas à formação para o ensino. Contudo, para a aplicação desses métodos, era necessário que o professor estudasse as lições específicas, tendo como fonte a busca de literatura escolar, ainda que, para isso, o professor tivesse que buscar referências no francês, o inglês e no espanhol, criando assim a necessidade do domínio de outras línguas. Esse fato demonstrava a pobreza da nossa literatura escolar. Dessa forma, até meados de 1880 os livros utilizados nas escolas eram estrangeiros geralmente importados da Europa. A nacionalização da produção (e da autoria) do livro didático brasileiro só aconteceria de fato na virada para o século XX (RAZZINI, 2009).

O quarto ponto ressaltado nesses jornais, era a necessidade de reduzir os altos índices de analfabetismo que se perpetuavam no país, uma luta que se tornou o motor principal nas campanhas republicanas que referenciavam as mudanças educacionais. Essas campanhas objetivavam erradicar as altas taxas de analfabetismo que imperavam no país naquele período, mas por

outro lado também pretendiam divulgar conceitos de civilidade e atrair um maior número de eleitores, já que os analfabetos não tinham direito ao voto.

O analfabeto não é cidadão, não pode votar nem ser votado! O povo que não lê, que não estuda, que não instrue, é um povo nullo, inconsciente, inutil!... Da ignorancia, é que vem a falta de civismo, de patriotismo, o rebaixamento do caracter, a deshonra, o vicio, o crime, o desamor a tudo que é belo, nobre e sublime, a desgraça e o esphacelamento, enfim, do lar, da família, da sociedade! (A ESCOLA, 1918, p. 1).

Tais medidas fizeram com que o ato de ler e escrever fosse indispensável à população, pois, com o processo de industrialização em curso no país, necessitava-se de pessoas qualificadas, que soubessem minimamente trabalhar com as máquinas. Outra consequência desse processo era a necessidade de criar um mercado consumidor cada vez maior, pois era preciso que a população soubesse lidar com o dinheiro. Sendo assim, o livro e a leitura passaram a adquirir um fator essencial nessas mudanças, pois “[...] a inteligência ficaria quase em embrião se não fossem eles” (A ESCOLA, 1902, p. 3).

18 Esses esforços foram direcionados principalmente aos trabalhadores, classe que crescia cada vez mais devido à chegada dos imigrantes, e para o ensino primário, pois “[...] sem o conhecimento das primeiras letras não [poderia a criança] compreender e se aperfeiçoar em qualquer profissão que sua vocação lhe aconselhe a tomar” (A ESCOLA, 1918, p. 1). Tinha-se a pretensão de causar uma reorganização em todo o sistema escolar.

O artista, o agricultor, o creador, o commerciante, o industrial, o funcionario publico e todos enfim que exercem sua actividade em qualquer profissão ou industria jamais poderão praticar actos ou produzir obras perfeitas, para as quaes somente a instrucção primaria lhes proporcionara os meios de corrigi-las pela leitura dos bons livros referente as mesmas (A ESCOLA, 1918, p. 2).

Desse modo, os jornais escritos por alunos e professores começaram a se tornar aliados importantes em favor dessa luta do “patriotico movimento que se tem levantado nesse Paiz em pról da instrução, como uma propaganda energica e eficaz contra o terrível mal do analfabetismo em que jaz a maioria dos brasileiros [...]” (A ESCOLA, 1918, p. 1) e como “[...] guia certo dos alunos



nos primeiros ensaios na pratica das letras [...]” (VIDA ESCOLAR, 1932, p. 2). Sendo assim, “[...] precisamos nós, os dirigentes da opinião publica e os representantes dos poderes publicos, unir-nos numa campanha cerrada contra o analfabetismo, dando as escolas aos nossos patrícios que querem aprender” (A ESCOLA, 1918, p. 2).

Esses discursos também ressaltavam as dificuldades que as pessoas analfabetas enfrentavam na sociedade, presos à ignorância, sem exercer o direito ao voto e sem conhecer os seus direitos. Nesse sentido, “[...] ensinar aos iletrados sobre ser relevante serviço que se presta a Pátria, é ao mesmo tempo o maior beneficio que lhes pode fazer” (A ESCOLA, 1918, p. 3).

A permanência desse índice pode ser em parte explicada pela manutenção dos analfabetos das gerações anteriores. Como boa parte da população era formada por escravos que não tinham o direito de frequentar escolas, esses indivíduos entraram na República sem saber ler e escrever. Além disso, as políticas educacionais se centravam mais nas primeiras letras, assim, “[...] quando o ensino, especialmente o escolar, focaliza quase que exclusivamente a população jovem, torna-se, após certa idade, difícil aos adultos reverter sua condição de analfabeto” (SOUZA, 1999, p. 172). As mulheres, que tinham pouco acesso ao mundo das letras, somavam-se a essas estatísticas. Já as pessoas com deficiência não eram sequer contabilizadas.

19

Considerações finais

A Imprensa de educação e ensino passou a se constituir como um importante objeto de pesquisa nos estudos da área da História da Educação. Essa alternativa só foi possível devido às novas concepções propostas pela História Cultural enquanto eixo de análise da história. Essa nova proposta oferecia novas alternativas conceituais, o alargamento das fontes e a (re)descoberta de novos objetos. Sujeitos antes silenciados passaram a ter voz nas pesquisas que tinham essa abordagem, a exemplo das crianças, mulheres, negros etc., bem como a ampliação dos documentos: folhetins, letras de músicas, poemas, jornais e tantos outros como fonte e objeto de pesquisas nessa nova configuração.

Ao considerar a imprensa como fonte a partir desse campo de investigação, objetivamos compreender os discursos e intencionalidades

diferenciadas em detrimento dos documentos oficiais, aqueles produzidos por órgãos de responsabilidades de governos. Os discursos produzidos por esse meio de comunicação permitem uma aproximação da realidade, conduzindo-nos para uma análise do cotidiano escolar, os seus modos de ensinar, de se organizar, ou seja, uma cultura produzida no interior e exterior das instituições escolares.

Essa circulação de saberes, manifestada em artigos, poemas, editoriais, resenhas e contos, demonstrava a complexidade do sistema educativo e as práticas adotadas em relação ao ensino, o que só reafirmava o quanto “[...] a escola constrói seus próprios saberes ou habilidades conforme os modos de elaboração, cuja lógica pode ser encontrada dentro dos próprios sistemas educativos” (HERBRAND, 1999, p. 36). Sendo assim, alunos e professores das instituições escolares tanto da capital quanto do interior debatiam em suas páginas as demandas e falhas da educação no Maranhão desse período, tornando, assim, a imprensa uma aliada na divulgação dos discursos sobre o cotidiano escolar. Entretanto, ao mesmo tempo em que criticavam o ensino, os jornais eram utilizados para a divulgação da própria escola, ao informar o seu currículo e os horários de funcionamento.

20

Outro ponto em destaque nesses discursos era a importância do então ensino primário nos discursos escolares em questão. A priorização desse nível escolar tinha o objetivo de subsidiar a formação do indivíduo, o despertar do seu interesse pelos estudos, possibilitando a mudança efetiva na educação maranhense. Entretanto, essas transformações só seriam possíveis através da modernização dos métodos, na adoção de novos livros e de novas práticas de ensino, assim como da modificação do papel do aluno e do professor no contexto educacional.

Ao estudarmos na Imprensa de educação e ensino, os diferentes discursos e as mais variadas formas com que esses assuntos se apresentaram nesses jornais, percebemos uma maior presença dos textos escritos pelos professores. Em primeiro lugar, isso se deve ao fato de a composição do corpo editorial desses jornais que, por sua vez, controlava os assuntos que seriam divulgados. Em segundo lugar, devido ao aprofundamento de determinadas abordagens relativas aos professores, ao ensino, à adoção dos métodos e ao analfabetismo.



Os textos produzidos pelos alunos se centravam majoritariamente em poemas e crônicas e revelavam algumas de suas experiências escolares, como reclamações a respeito dos castigos, da importância do livro e da leitura. Essas composições geralmente eram realizadas em sala de aula, porque diretores as consideravam importantes e incentivavam a publicação dos escritos estudantis. Desse modo, percebe-se que esses periódicos contribuíam para o desenvolvimento do hábito dos aprendizes pela leitura e escrita, bem como demonstravam aos pais a eficiência do método adotado nas escolas privadas, divulgando as atividades realizadas na sala de aula por meio dos jornais das instituições escolares.

Nessa perspectiva, as pesquisas referentes à história do livro e da leitura vêm ganhando novos olhares e adeptos. Deixou-se de pensar em uma história centrada apenas nos conteúdos transmitidos, passando-se a observar o ciclo de comunicação em sua completude, que ia desde a autoria da produção desses textos, à circulação e consumo dos leitores dessas materialidades culturais.

Por último, compreende-se que este texto deixa espaços e vácuos que esperamos possam ser preenchidos por aqueles que se interessam pela história do livro e da leitura. Como já diziam Block (2001) e Chartier (2010), a história é a ciência que estuda os homens no tempo, talvez por isso a pesquisa histórica adquira a importância de permitir estudar o passado para se compreender o presente e as transformações desse caminho. Assim, compreender as medidas adotadas desde o início em relação a esses objetos nos permite entender as transformações pelas quais esses artefatos passaram no decorrer do tempo e as medidas adotadas no processo de alfabetização das crianças e das camadas mais populares.

Sendo assim, os debates em torno das questões sobre o livro, a leitura, a educação e a alfabetização estão presentes até hoje. Mesmo com a adoção de novas metodologias e tecnologias para o desenvolvimento do ensino, ainda são altas as taxas de analfabetismo no país. De igual modo, as políticas adotadas pelo governo e pelos estados em prol do livro e da leitura devem levar em consideração as necessidades de cada região.

Referências

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

A ESCOLA. **A Escola**, São Luis, v. 1, n. 1, 10 mar. 1902.

A ESCOLA. **A Escola**, órgão de propaganda dos modernos métodos de ensino. São Luís, v. 1, n. 1, 9 out. 1909.

A ESCOLA. **A Escola**, órgão do Externato Codoense. Codó (Maranhão), v.1, n.1, 14 jan. 1918.

AOS JOVENS patricios. **A Escola**, Codó (Maranhão), v. 2, n. 1, 28 fev. 1918. (órgão do Externato Codoense).

AMOR às letras. **Amor as Letras**: Instituto Amor às Letras. São Luís, v. 1, n. 1, 8 ago. 1905.

A ESCOLA". **A Escola**, Codó (Maranhão), v.1, n.1, 14 jan. 1918. (órgão do Externato Codoense).

AOS JOVENS Patricios. **A Escola**, Codó (Maranhão), v.2, n.1, 28 fev. 1918. (órgão do Externato Codoense).

A ESCOLA". **A Escola**, Codó (Maranhão), v.1, n.1, 14 jan. 1918. (órgão do Externato Codoense.)

AOS JOVENS Patricios. **A Escola**, Codó (Maranhão), v.2, n.1, 28 fev. 1918. (órgão do Externato Codoense).

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BLOCK, Marc. **Apologia da história ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASPARD, Pierre; CASPARD, Penélope. Imprensa Pedagógica e Formação Contínua de Professores Primários (1815-1939). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez. **Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República**: entre apropriações e representações. São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez. **O livro escolar no Maranhão Império**: produção, circulação e prescrições. 2012. 450 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual de São Paulo, 2012.



CASTRO, Cesar Augusto Castro. Um jornal dedicado à indústria e às artes no Maranhão Império. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 61-69, jan./jun. 2011.

CATANI, Afranio Mendes; CATANI, Denice Barbara; SOUSA, Cintia Pereira. **Imprensa periódica educacional Paulista** (1890-1996). São Paulo: Plêiade, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger. Ler a leitura. In: MORTATTI, Maria do Rosario Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita**: métodos e material didático. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014.

COLÉGIO 15 de novembro. **A Escola**, São Luís, v. 1, n. 1, 10 mar. 1902.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 291-310, dez. 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009 (v. III – século XX).

FURTADO, Luciana Nathalia Moraes. **A imprensa estudantil liceísta na Primeira República** (1907-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

HÉRBRAND, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

KIELING, Camila Garcia. A noção de dispositivo e o enquadramento da imprensa oitocentista. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 37, n. 1, jan./ jun. 2014.

INSTITUTO Amor às Letras. **A Escola**, São Luís, v. 1, n. 2, 9 set. 1905.

LABOR !!! **Labor**, São Luís, v. 1, n. 1, 30 mar. 1913.

LACERDA, Lilian Maria. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: livro e leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre a história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. In: SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, Brasília, 27 abr. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextal-fbbr.pdf. Acesso em: 15 maio 2017.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÓVOA, Antônio. **A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da Educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

O QUE dizem de nós. **Philolitera**, Picos (Piauí), v. 1, n. 1, 7 jul. 1906.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009 (v. III, século XX).

REGULAMENTO da Instrução Pública de 1893. In: CASTRO, Cesar Augusto. **Leis e Regulamentos da Instrução no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, Jose Carlos Souza (org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p.32-55, 2009.



SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA. Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 2, n. 5, p.177-197, jun. 2011.

SOUZA. Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 169-186, jul. 1999.

VIDA escolar. **Vida Escolar**, Carolina (Maranhão), v. 1, n. 1, 29 jan. 1932.

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
Departamento de Biblioteconomia
Programa de Pós-Graduação em Educação
Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
(NEDHEL/UFMA/CNPq/FAPEMA)
Orcid: <https://orcid.org./0000-0001-7650-895X>
Email: ccampin@terra.com.br

Profa. Ms. Almiceia Lariissa Diniz Borges
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
Departamento de Biblioteconomia
Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
(NEDHEL/UFMA/CNPq/FAPEMA)
Orcid: <https://orcid.org./0000-0001-7779-7933>
E-mail: almiceiadiniz@outlook.com

Prof. Dr. Samuel Luiz Velázquez Castellanos

Universidade Federal do Maranhão (Brasil)

Departamento de Educação I

Programa de Pós-Graduação em Educação

Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras

(NEDHEL/UFMA/CNPq/FAPEMA)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0849-348X>

E-mail: samuel.velazquez@ufma.com

Recebido 6 fev. 2020

Aceito 27 fev. 2020